

Álvaro Borges Vieira Pinto na Esquerda Brasileira (1961-1964)

Michelle Fernandes Lima¹

Resumo

Buscamos nessa análise explicitar a atuação de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) como diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no período de 1961 a 1964. Foi também, nesse período que o pensador participou das discussões acerca da Reforma Universitária e das demais reformas de base, pautas de destaque naquele contexto, aproximando sua reflexão do pensamento da esquerda. Publicou importantes obras, dentre elas “A Questão da Universidade” e “Porque os ricos não fazem greve”, da coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Tratamos nesse artigo da composição da esquerda no Brasil no período 1961 a 1964, com intuito de localizar a produção de Vieira Pinto nesse processo. Podemos observar que as ações de Álvaro Borges Vieira Pinto de maneira direta e indireta estavam em consonância com as bandeiras de lutas dos grupos considerados de esquerda.

Palavras-chave: Álvaro Borges Vieira Pinto; Esquerda brasileira; Estudos Brasileiros; Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB)

Álvaro Borges Vieira Pinto in Brazilian Left (1961-1964)

Abstract

We sought in this analysis to explicit the performance of Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) as director of the Superior Institute of Brazilian Studies (ISEB) in the period of 1961 to 1964. It was in this period that the thinker participated of the discussions about the University Reform and of the other base reforms, important agendas in that context, approximating his reflection of the leftist thinking. Published important works, among them “The Question of the University” and “Why do the rich people don't do strikes” from the collection “Notebooks of the Brazilian people”. We treat in this article of the left's composition in Brazil in the period of 1961 to 1964, with the intention of localizing the production of Vieira Pinto in this process. We can observe that the actions of Álvaro Borges Vieira Pinto, directly and indirectly, were in consonance with the purposes of the groups considered leftist.

Keywords: Álvaro Borges Vieira Pinto; Brazilian left; Brazilian Studies; Superior Institute of Brazilian Studies (ISEB).

¹ Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste (IRATI-PR/BRASIL). Doutora em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR. mfernandeslima@yahoo.com.br

1 Introdução

Esse artigo é parte integrante da pesquisa de doutorado que teve como objetivo recuperar a produção e participação de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) no debate sobre a reforma universitária da década de 1960, como uma possibilidade de análise para discussões atuais sobre a reforma da educação superior no Brasil. A escolha de Álvaro Vieira Pinto como objeto de estudo desta pesquisa, se deu por ter ele sido um dos membros ativos do processo das discussões sobre a Reforma Universitária na década de 1960 e por ter participado da criação da proposta que defendeu uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista.

Esse pensador, na totalidade das suas obras, perseguiu e defendeu a necessidade de uma “consciência” da realidade. Essa tomada de consciência não é algo “idealista” e sim resultado das condições peculiares de nosso país, especialmente a partir de 1950. Nos escritos anteriores ao golpe, deixou clara sua posição sobre a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, a partir de um projeto nacional conduzido pelas massas. Não escreveu somente, mas defendeu posições radicais para o momento histórico, com diversos setores da esquerda. Isso lhe rendeu o exílio até 1968, no Chile e na Iugoslávia, quando não cessou suas produções, aprofundou aspectos anteriormente elaborados, como por exemplo, a questão do trabalho, da tecnologia e, com destaque, o subdesenvolvimento.

Consideramos que Vieira Pinto pode ser lembrado pela luta por aqueles que são “explorados” e que assumiu de fato a posição de um filósofo preocupado com a transformação social. Isso ficou evidente quando afirmou, na obra “A Questão da Universidade”, que não estava preocupado com aqueles que estão na universidade e sim com aqueles que dela não podem usufruir. A Lei n. 5540 que reformou as universidades brasileiras em 1968, completa quarenta e cinco anos. Várias mudanças ocorreram no quadro da educação superior, mas muitos desafios ainda merecem ser discutidos e analisados. Álvaro Vieira Pinto, participou ativamente do debate em prol da reforma universitária e defendeu uma posição que consideramos, resguardadas as especificidades históricas atuais, pode orientar ou até mesmo fundamentar estudos e pesquisas sobre essa temática.

Para compreendermos o pensamento e ação desse autor no período em atuou como diretor do ISEB (1961-1964), elencamos alguns questionamentos: é possível falarmos de uma esquerda brasileira? Que grupos podem ser considerados como esquerda no período de 1961 a 1964? As posições defendidas por Vieira Pinto nesse período se aproximam da proposta dos grupos de esquerda?

Não buscamos realizar um estudo minucioso sobre essa temática, mas localizar a posição de Vieira Pinto no pensamento considerado de esquerda no período de 1961 a 1964. A produção de

Vieira Pinto nesse período no ISEB é muito rica, suas obras e sua participação em diferentes lutas sociais nos possibilitam afirmar que esse pensador assume, de fato, uma posição de “esquerda”.

Essa afirmação está pautada nas seguintes publicações: a obra “A Questão da Universidade” em 1961, a pedido da UNE, que revela a compreensão de Vieira em relação a reforma universitária, como uma das facetas de um processo maior de mudança e a obra “Por que os ricos não fazem greve” pela Editora Civilização Brasileira, faz parte da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, da qual o autor foi coordenador juntamente com Ênio Silveira.

Álvaro Vieira Pinto foi também integrante da comissão diretora do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, criado em 07 de outubro de 1963.

A partir dos questionamentos levantados, buscamos estudar autores que se dedicaram a essa temática: Toledo (2007); Moraes (2011); Konder (2003); Silva (2009); Filho (1991); Sader (1991).

2 Álvaro Vieira Pinto na Esquerda Brasileira (1961-1964)

Quando falamos em “esquerda”, a ideia que inicialmente nos vem à mente refere-se às posições que se aproximam do socialismo, do comunismo e se configuram contrárias à vertente liberal, conservadora. Silva (2009) considera que a rigor não podemos nos referir à esquerda no singular, mas sim no plural. A história da esquerda brasileira confirma essa pluralidade; posições, táticas e formas diferentes de mobilização social podem ser observadas.

Konder (2003), na obra “História das ideias socialistas no Brasil”, busca refletir sobre as questões (ainda não resolvidas) que envolvem essa temática, sem pretensão de expor os “erros” e “acertos” da considerada esquerda brasileira. O autor compreende a trajetória da esquerda brasileira, como parte do entendimento do que tem sido o socialismo e de como estas ideias chegaram no Brasil. Afirma que o socialismo “é um fenômeno típico da história moderna e contemporânea (2003, p.09)”, e suas origens datam do final do século XVIII depois da Revolução Francesa (1789). O socialismo surgiu como

um continuador da luta contra as injustiças sociais, porém introduziu nessa luta um elemento novo: a proposta de uma transformação nas condições da produção e da apropriação da riqueza produzida pela sociedade. O programa político defendido pelos socialistas, em nome das necessidades vitais da comunidade, passou a impor restrições aos direitos dos proprietários particulares. (KONDER, 2003, p. 10).

A partir do século XVIII, diversos grupos teóricos e vertentes apresentaram críticas e propostas para os dilemas e contradições do capitalismo. Ganham destaque as ideias de Karl Marx

(1818-1883) que buscou explicar o capitalismo e defendeu a luta dos operários por uma sociedade sem classes: o comunismo. Sobre a leitura e interpretação de Marx no Brasil, Filho (1991, p.45) explica que

apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 é que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras quer em traduções, que se multiplicavam. E somente, nestes últimos trinta anos, com estudos de sua obra nas universidades, em seminários, em conferências, em debates sérios nos centros culturais é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós.

Konder (2003, p.26) alerta que a sociedade brasileira era muito diferente das sociedades europeias. Na Europa

as ideias socialistas ganharam espaço depois que as ideias liberais começaram a ser consideradas insatisfatórias por setores cada vez mais amplos da sociedade. No Brasil (e nos demais países da América Latina), o aparecimento das ideias socialistas se deu de outra forma e por outros caminhos.

A diferença entre a sociedade brasileira e europeia se manifestava na visão de Konder (2003, p.27) em

tempos históricos distintos: as pessoas viviam realidades diversas e que se transformavam em ritmos bastante desiguais. No auge da atividade dos socialistas utópicos lá na Europa, aqui se lutava para que a terra deixasse de ser colônia de Portugal e se afirmasse como um país independente.

Não queremos afirmar com isso que não existia lutas, revoltas, mobilizações no Brasil; no entanto, a ideia formalizada e institucionalizada de socialismo e comunismo só vai ocorrer em 1922 com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O início do século XX no Brasil é marcado pela queda das exportações de café, pelo desemprego e por revoltas contra os baixos salários. Konder (2003, p.42) informa que de 1917 a 1920, registrou-se mais de 200 greves no Rio de Janeiro e São Paulo. Os anarquistas, segundo Konder (2003, p.45), haviam assumido uma posição de liderança. A maior parte deles havia experimentado a vida numa sociedade anarquista instituída no interior do estado do Paraná, chamada Colônia Cecília, que durara por cerca de três a quatro anos, na última década do século XIX.

Nesse período, também foi discutida a necessidade de organização de um partido. No entanto, “quanto mais crescia a tendência no sentido de organizar os trabalhadores num partido político, mais eles reagiam contra a ideia e iam se isolando no movimento operário”.

As influências da Revolução Russa são marcantes na constituição da esquerda nesse período. Konder (2003) explica que quando a situação da Rússia (transformada em União Soviética) ficou mais elucidada, ocorreu de fato uma divisão entre os anarquistas. Um grupo se aproximou das doutrinas de Bakunin, Kropotkin e Malatesta e outros passaram a estudar as ideias de Lênin e aderiram às concepções defendidas na Revolução Russa.

A constituição do Partido Comunista se deu a partir do debate de ex-anarquistas, que estavam revisando suas concepções. Em “março de 1922, havia 73 militantes convertidos ao leninismo em todo o Brasil, dispostos a fundar o novo partido. (KONDER, 2003, p.46)”. O PCB foi fundado em 25 de março de 1922. Sua linha de atuação ao longo da história passou por mudanças, como observa Konder (2003, p.52) “apesar das limitações programáticas, apesar das deficiências de seus militantes e da imensa dificuldade dos desafios que era obrigado a enfrentar, o Partido Comunista do Brasil conseguiu crescer e chegou a 1930 com cerca de 800 filiados”.

Não buscamos apontar o histórico do PCB, mas mostrar que no Brasil não podemos falar de uma única esquerda e sim da ação de diferentes atores que lutaram contra as ideias conservadoras e contra a exploração dos trabalhadores, a partir de bases teóricas diversas. O PCB se destacou nesse processo contando com a participação e ação de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros.

A segunda questão, que levantamos refere-se aos grupos que podem ser considerados como esquerda no período de 1961 a 1964. Essa delimitação foi pensada porque foi nesse período que Vieira Pinto (na direção do ISEB) se aproximou e defendeu diversas pautas dos grupos de esquerda.

A passagem dos anos 1950/60, na percepção de Moraes (2011, p.20), demonstra um momento de “euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosão de reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais [...]”. Os primeiros anos da década de 1960, foram muito agitados

Jânio Quadros sucedeu Juscelino Kubitschek na Presidência da República; mas, após seis meses e alguns dias renunciou. Assumiu o vice, João Goulart; porém, a pressão dos políticos conservadores e dos chefes militares contra ele levou o Congresso a mudar o regime, instituindo o parlamentarismo. O parlamentarismo, instituído em condições de crise, durou pouco: um plebiscito restaurou o presidencialismo. (KONDER, 2003, p.71).

Moraes (2011, p.33) considera que de 1960 a 1964, a política brasileira não se restringiu ao parlamento, mas tornou-se algo bem abrangente. Nas palavras desse autor:

a disputa pela hegemonia ultrapassara a esfera partidária para penetrar nos movimentos sociais. Essa ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de pressões reivindicatórias das camadas subalternas. As propostas nacionalistas,

desenvolvimentistas, anti-imperialistas e pelas reformas de base encontravam, nesses segmentos, uma audiência crescente. (MORAES, 2011, p.33).

As estruturas partidárias não atendiam às exigências de um movimento social que crescia. Nesse cenário diversos grupos ganham destaque e espaço no processo reivindicatório. No final dos anos de 1950 e início de 1960, segundo Moraes (2011) ocorreu uma “pulverização” da esquerda, o PCB “[...] passaria a ter concorrentes tanto na área das organizações comunistas, quanto nos setores mais radicalizados do movimento nacionalista, com suas ramificações populistas. A ideia do socialismo toma corpo, na cidade e no campo”.

As tendências de esquerda na área cultural se fortaleceram. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) apresentava espetáculos em diversos locais, com sátiras sobre o imperialismo e temas em favor da luta pelas reformas de base. Diversos nomes do campo artístico também se aproximaram das pautas defendidas pela esquerda.

Moraes (2011, p. 25) informa que nesse contexto, a leitura era algo marcante. A “Editora Civilização Brasileira, entre 1961 a 1964, publicava um livro por dia útil, incluindo autores marxistas e não marxistas [...] A Editorial Vitória, do PCB, se encarregava de mandar para as livrarias as obras de Marx, Engels, Lênin, Mao Tse-tung”. A Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, de parceria entre o ISEB e o CPC, vendeu milhares de exemplares. Vieira Pinto, juntamente com Ênio Silveira, coordenou a publicação dessa coleção e publicou o livro “Por que os ricos não fazem greve”, que vendeu mais de 40 mil exemplares. Moraes (2011, p.26) relata um episódio curioso sobre esse livro:

em fevereiro de 1964, tocou o telefone no escritório de Ênio Silveira. Era o capitão Eduardo Chuahy, da Casa Militar da Presidência da República, que queria encomendar cerca de dez mil exemplares do livro de Álvaro Vieira Pinto [...] A maior parte dos dez mil exemplares foi distribuída a sindicatos.

Lovatto (2010) explica que essa coleção apresentava uma “linguagem acessível” e tinha como público alvo a população em geral. Informa que:

[...] estima-se que a tiragem total de seus exemplares tenha ultrapassado a impressionante marca de um milhão de exemplares. Aliada ao formato de bolso, que possibilitava a divulgação de mão-em-mão, é bem possível que essa marca tenha sido potencialmente multiplicada. O instigante tema do número 4, Por que os ricos não fazem greve? Escrito por Álvaro Vieira Pinto, atingiu sozinho – a marca de 100 mil exemplares vendidos (2010, p.91).

Segundo Freitas (1998) essa obra foi considerada, no período, como “a chegada definitiva a Marx” por parte de Vieira Pinto. Esse autor considera que a separação entre a “esfera do capital” e “esfera do trabalho” explicita “o que há de marxiano no texto”. Em suas palavras (1998, p.169-170):

em primeiro plano, o panfleto *Por que os ricos não fazem greve?* completa o ciclo de laicização de Álvaro Vieira Pinto, e esse é o seu dado de maior relevância. De forma contundente e agressiva, Vieira atribui à Igreja Católica um papel preponderante na manutenção do *status quo*. Essa ação da Igreja estaria relacionada à constante desaceleração do tempo, uma das imagens mais constantes em sua obra. O tempo desacelerava-se em qualquer sociedade mantida em estado de subdesenvolvimento. Esse, como situação propícia ao envolvimento entre os ricos do país e o imperialismo, criava uma “situação ideal” à multiplicação das mistificações sociais [...] “os ricos não enganam diretamente os pobres; pagam aos sacerdotes intelectuais para fazerem esse serviço”.

Nesta obra, Vieira Pinto parte da concepção de trabalho e pontua como aspecto decisivo a ideia de que o homem é criador de sua própria existência mediante o trabalho. Explica que no capitalismo o trabalhador não é sujeito e sim objeto de exploração dos possuidores do dinheiro e dos meios de produção. Considera que a riqueza e pobreza não podem ser explicadas de forma natural e sim pelo conhecimento das leis que regem o curso da história. Defende que a exploração do trabalho constitui a origem do lucro. Defende a necessidade do povo indagar os motivos de tal desigualdade e pobreza. Ainda afirma que a principal contradição da sociedade brasileira é o imperialismo. Considera as greves dos trabalhadores nesses termos: “Sociologicamente, uma das manifestações mais importantes dessa resistência, e, portanto, uma das expressões mais sensíveis da luta social entre os assalariados e seus empregadores é aquela representada pela greve”. (PINTO, 1962b, p.31).

Na conclusão da obra fica evidente a posição de esquerda de Vieira Pinto: define a pobreza como produto de um desenvolvimento histórico que não pode ser estacionado, defende uma sociedade em que não haverá mais pobres, quando a questão título da sua obra, “por que os ricos não fazem greve”, não terá mais lugar, pois terão “desaparecido os motivos que justificam a pergunta que lhe dá o título; com efeito, daí em diante não haverá mais greves, simplesmente porque não haverá mais ‘ricos’”. (PINTO, 1962b, p.118).

Outro elemento de destaque na constituição dos grupos de esquerda nesse período, foi o impacto da Revolução Cubana em 1959. Um exemplo disso foi que em março de 1960,

à frente de numerosa comitiva, Jânio embarca num avião da Varig para Havana. Acompanhavam-no jornalistas como Villas Boas Côrrea, Carlos Castelo Branco, Márcio Moreira Alves e Hélio Fernandes; políticos como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, José Aparecido de Oliveira e Paulo Tarso; e o líder das Ligas Camponesas do Nordeste, Francisco Julião, que descobriria o seu guru: Fidel Castro.

Os principais grupos que se posicionaram na luta por mudanças sociais nesse período foram: Política Operária (POLOP) criada em fevereiro de 1961 em Jundiaí (São Paulo); Ação Popular (AP) criada em junho de 1962 em Belo Horizonte; Partido Operário Revolucionário (Trotskista) criado

em 1953; Ligas Camponesas, criadas na segunda metade dos anos de 1950; Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) criado em 1962; Comando dos Trabalhadores Intelectuais criado em outubro de 1963. Além desses grupos podemos citar também a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Partido Comunista Brasileiro (PCB) por crise interna, o novo partido que havia sido criado em 1962: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O ISEB, por sua vez, pode ser considerado por Konder (2003) um polo de agitação político-cultural no período de 1961 a 1964. Trataremos a seguir, de maneira breve, do modo como esses grupos atuavam e como Vieira Pinto se aproximava de algumas pautas defendidas por eles.

O movimento Política Operária (POLOP), nasceu da associação de pequenos grupos de intelectuais e estudantes que,

no final dos anos de 1950, questionavam a aliança com a burguesia nacional proposta pelo PCB. Esses grupos tinham militâncias diversas: setores da Juventude Socialista, da Guanabara; partidários de Brandler (dirigente do PC alemão na década de 1920) e Rosa Luxemburgo, ambos procurando espaços entre as correntes stalinistas e trotskistas; parte da Juventude Trabalhista, de Minas; membros da Liga Socialista e do PSB. (MORAES, 2011, p.72).

Esse grupo defendia, na percepção de Moraes (2011), a extinção da dominação burguesa e chegada ao socialismo. As discussões do grupo ocorriam nos meios estudantil e intelectual.

Já a Ação Popular (AP), foi criada por militantes de grupos universitários e secundaristas, comprometidos com os problemas sociais, que participavam da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Tinham como pauta “uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. (MORAES, 2011, p. 76)”. A AP foi força “hegemônica” no movimento estudantil; atuava em aliança com o PCB, a POLOP e outras correntes de esquerda. O grupo iniciou com 200 militantes e saltou para mais de dois mil em 1964.

O Partido Operário Revolucionário, é fundado em 1953, “quando se filia à Quarta Internacional (trotskista) (MORAES, 2011, p.79)”. Tem como pauta central a construção de uma “ampla tendência operária de vanguarda, que adote sem reservas a plena confiança de que o desenvolvimento do movimento de massas tenha a perspectiva final do governo operário camponês e no socialismo”. Um outro grupo que lutava por mudanças sociais, foi denominado “Ligas Camponesas”, criado a partir da mobilização dos trabalhadores rurais influenciados pela experiência revolucionária de Cuba. Defendiam uma aliança operária-camponesa com os demais setores radicais

da população para a realização da “libertação nacional e social”, por meio de uma reforma agrária radical.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi uma organização intersindical brasileira, com objetivo de orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical no Brasil. Foi criado em São Paulo, no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, e reuniu vários sindicatos, federações e confederações. Não foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e acabou sendo desarticulado por ocasião do golpe militar de 1964.

O **Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)** foi criado em 7 de outubro de 1962, com a proposta de “coordenar os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do país – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica (MORAES, 2011, p.53)”. Eram 13 integrantes² da comissão diretora. Vieira Pinto fez parte desse grupo. Quanto à atuação do CTI, Ênio Silveira explica que:

com o tempo, dada a nossa atuação em reuniões e atos públicos, passamos a ser considerados uma espécie de sindicato dos intelectuais. Como desgraçadamente veio o golpe, o CTI não chegou a ter maturação, embora tenha procurado colaborar ao máximo na luta pela democracia, inclusive mostrando que os arroubos românticos em nada contribuíam para evitar o golpe. (SILVEIRA *apud* MORAES, 2011, p.54).

Vieira Pinto, no quadro dos diversos grupos considerados de esquerda, como citamos, atuou no CTI como membro da comissão diretora. No ISEB, como diretor, criticou o modelo econômico de JK, participou das mobilizações pelas reformas de base, se aproximou das pautas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e publicou a obra “A Questão da Universidade” que serviu de base e direção para os estudantes no debate sobre a reforma universitária.

Esse livro representa a mobilização em torno do processo da reforma universitária, motivada pelas contradições no interior das instituições, mas também pelas condições sociais da época. Esse estudo também pode oferecer elementos interessantes para pensarmos a Reforma Universitária na atualidade. Sobre a obra, Álvaro Vieira Pinto afirma em entrevista dada ao Professor Dermeval Saviani (1985) que: “[...] aquele livro foi uma conferência que fiz em Belo Horizonte e depois a diretoria da antiga UNE me pediu para publicar”. (PINTO, 1985, p.20). O livro também marca os vinte e cinco anos de existência da UNE.

A obra fomentou os anseios e preocupações dos estudantes com os rumos da universidade na década de 1960. A intenção da obra é descrita pelo autor, ao dizer que busca, pela crítica sincera, ajudar no processo de construção da universidade que realmente o povo necessita. A linguagem e o estilo de escrita não se enquadram nos moldes tradicionais de um texto acadêmico, uma vez que é

² Alex Viana, Álvaro Lins, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édson Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira.

resultado de uma conferência. Não apresenta autores e teorias sobre a universidade, o texto é livre de citações e evidencia a posição do autor em relação aos rumos da universidade. Álvaro Vieira Pinto buscou atingir diversos segmentos sociais, estudantes, professores e demais forças políticas.

Na direção do ISEB, Vieira Pinto e os demais membros passaram a “investir contra as ‘estruturas arcaicas’, que constituíam graves obstáculos ao desenvolvimento, e contra as ‘pressões externas’ que se exerciam contra a afirmação do nosso ‘nacionalismo’”. (KONDER, 2003, p.73). A atuação do ISEB, mesmo sendo um órgão do governo, começou a se radicalizar e chamou atenção dos dirigentes do PCB. Konder (2003, p.73) afirma que havia no ISEB professores que

já eram socialistas, como Nelson Werneck Sodré, e professores que se tornaram socialistas, como Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier. O ISEB discutia a formulação de um projeto de desenvolvimento econômico dependente que poderia convir tanto ao proletariado quanto ao empresariado brasileiro (a ‘burguesia nacional’)

No período chamado “último ISEB” (1961-64), ocorreu um processo de esquerdização. Os cursos, seminários e pesquisas promovidos passaram a ter um público mais restrito, como: sindicalistas, estudantes e ativistas de esquerda. (MORAES, 2011). Caio Navarro Toledo (2007, p.300) examina obras de alguns autores isebianos e observa a vinculação desses com o marxismo e a esquerda, na conjuntura política dos anos 1950 e 1960. Nas palavras desse autor, alguns intelectuais, dentre eles Vieira Pinto, motivados pela ideia do

engajamento social e político – se relacionaram com movimentos teóricos e políticos igualmente comprometidos com a noção de *práxis*. Inevitável, pois, o confronto dos isebianos com o pensamento marxista cujos autores sempre enfatizaram a existência de uma relação dialética entre teoria e prática.

A noção de *engajamento*³ foi difundida a partir da obra de Jean Paul Sartre, que teve “ampla acolhida no interior da intelectualidade brasileira nesses anos, em especial dentro do ISEB”. (TOLEDO, 2007, p.300).

Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto são considerados, por intérpretes das obras isebianas, autores de orientação marxista. Não podemos afirmar que as obras de Vieira Pinto, publicadas até 1961, apresentam como dominante a perspectiva marxista. Após esse período, devido também à mobilização social e outras pautas de luta sociais, Toledo afirma que: “Ao invocar, com

³ Sobre o conceito de *engajamento*: “Sartre, modelo de intelectual engajado, celebrou este debate ao defender que o intelectual-escriptor não é neutro diante da realidade histórica e social. “O escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar”. No contexto da sociedade capitalista é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Para ele, ‘a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele’” (SILVA, 2003, p.01).

frequência, a perspectiva concreta, histórica e dialética, Vieira Pinto pretendia afirmar que seu pensamento seria muito mais tributário do marxismo do que qualquer outra contribuição filosófica”. (2007, p.313).

Para Toledo (2007), Vieira Pinto considerava que a concepção de “trabalho” o marxismo, era algo que ainda necessitava de aperfeiçoamento. A ideia de “amanualidade” deveria ser considerada. Nas palavras de Vieira Pinto:

as teorias que ressaltam o caráter alienador do ser humano, próprio do trabalho exercido em certo tipo de regime político, ou que o fundam no fato de separar o produto do seu criador, são extremamente valiosas e elucidativas de aspectos sociológicos da questão; mas não chegam a ser a completa filosofia do trabalho, porque não examinam suficientemente a alteração que a transformação qualitativa do mundo, fazendo-o passar de subdesenvolvido a desenvolvido, induz na consciência quer promove tal transformação [...] Cremos ser útil iluminar a noção de trabalho pela noção de amanualidade, despojada esta da significação idealista que assume nos sistemas que a introduziram. (PINTO, 1960, p.61).

Ao tratar de temas como papel das massas e filosofia do trabalho, Vieira Pinto, na percepção de Toledo (2007), estava presente num “movimento de reinterpretação da obra de Marx”. Esse movimento estava pautado na necessidade de destacar “o caráter existencial, ético e humanístico do pensamento marxiano”. Vale lembrar, como já afirmamos, que a leitura e interpretação da obra de Marx no Brasil começou somente após 1930. O papel das massas em Vieira Pinto, na visão de Toledo (2007), se aproxima da perspectiva lukacsiana, por conceder às massas trabalhadoras o papel de desvendar e transformar a sociedade subdesenvolvida.

A ideia de que a contradição principal do Brasil estava ligada pela oposição entre *nação e antinação*, era marcante no pensamento dos autores isebianos. Algumas polêmicas surgiram sobre quem deveria se colocar como “força hegemônica na definição da ideologia nacional desenvolvimentista”. (TOLEDO, 2007, p. 316). Vieira Pinto defendia que a “ideologia do desenvolvimento só poderia proceder da consciência das massas trabalhadoras” diferente de Jaguaribe que apontava a burguesia industrial brasileira como atora principal na condução desse processo.

No que se refere à aproximação de Vieira Pinto em relação aos grupos de esquerda, Toledo (2007) considera possível comparar os discursos do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as ideias de Vieira Pinto, no que concerne à compreensão de que a contradição principal que marca o cenário brasileiro, nesse período, é o imperialismo. Ambos não descartam a contradição de classes, mas não defendem soluções radicais. Consideram que, quando o desenvolvimento industrial capitalista for consolidado, a luta de classes será pauta essencial. Naquele contexto, o principal aspecto de luta seria derrubar as forças políticas que impediam o desenvolvimento da “nação brasileira, livre e soberana”.

Sobre esse aspecto, Toledo (2007, p.319) afirma que

da mesma forma que o PCB, Vieira Pinto postulava a hegemonia dos trabalhadores no interior da frente nacionalista e democrática. No entanto, o caráter abstrato de sua reflexão pouco contribuía para esclarecer por meio de quais mecanismos os trabalhadores poderiam alcançar esse seu objetivo na luta social. Tudo leva a crer que, para o autor, isso se daria espontaneamente, pois a veracidade da consciência popular e o sólido compromisso dos trabalhadores com o desenvolvimento nacional imporiam naturalmente a liderança destes no seio da frente de classes.

Vieira Pinto não postulou a defesa da ordem socialista, como os documentos do PCB, como afirma Toledo (2007, p.320) quando escreve que é evidente “a exaltação do desenvolvimentismo em todos os livros de Vieira Pinto – necessariamente dirigido pelas massas trabalhadoras e sempre resultando em seu real benefício”.

No período de 1961 a 1964, especificamente podemos afirmar que Vieira Pinto defendeu pautas e publicou obras que se aproximaram das reivindicações dos grupos de esquerda. Vejamos algumas pautas defendidas por Vieira Pinto e pelos membros do ISEB:

- ✓ a defesa da legalidade constitucional na crise de agosto de 1961;
- ✓ apoio ao movimento de restauração do presidencialismo;
- ✓ campanha pelas reformas de base, durante o Governo Goulart;
- ✓ coordenação juntamente com a Editora Civilização Brasileira, da coleção Cadernos do Povo Brasileiro;
- ✓ atuação na comissão diretora do Comando dos Trabalhadores Intelectuais em 1962;
- ✓ publicação da obra “ A Questão da Universidade” que, de certa forma, orientou as discussões sobre a reforma universitária na UNE;

Além dessas pautas que confirmam sua aproximação com o posicionamento da esquerda, destacamos suas contribuições no debate sobre os rumos da universidade brasileira na década de 1960. Ao estabelecer como proposição central a reforma dos conteúdos de classe da universidade, Vieira Pinto considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”. Sua luta e posição política não era pela reforma e sim pelo seu “reconteúdo”, que pudesse permitir às “massas” o ingresso no domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses.

3 Palavras Finais

As ações de Álvaro Borges Vieira Pinto de maneira direta e indireta estavam em consonância com as bandeiras de lutas dos grupos considerados de esquerda. Esse movimento pautado na luta contra o imperialismo e a favor das reformas de base criou um clima de receio nas áreas centristas e liberais. Crescia “rapidamente o receio de que Jango, de fato, desrespeitasse a Constituição e desse

um ‘golpe de esquerda’” (KONDER, 2003, p. 76). Foi nesse momento que os conservadores “aproveitaram para organizar e realizar um golpe de direita. Em 31 de março de 1964, um levante militar forçou a destituição do presidente da República. Deposto, Jango se refugiou no Uruguai” (2003, p.76). O ISEB foi fechado e Vieira Pinto exilado, retornando ao Brasil somente em 1968.

Referências

FILHO, Evaristo de Moraes. A Proto-história do marxismo no Brasil. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. *História do Marxismo no Brasil o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FREITAS, Marcos César. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

LIMA, Michelle Fernandes. *Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira*. Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2013.

LOVATTO, Angélica. *Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960*. Artigo publicado no Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual de Londrina, setembro de 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/10_angelicalovatto.pdf. Data de acesso: agosto de 2013

MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. *História do Marxismo no Brasil o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

SILVA, Antonio Ozaí. *Esboço para a história da esquerda no Brasil*. Publicado originalmente em Espaço Plural, revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, órgão de apoio do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon (PR), p.155-164, 2009.

SILVA, Antonio Ozaí. Os intelectuais diante mundo: engajamento e responsabilidade. *Revista Espaço Acadêmico*, n.29, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/029/29pol.htm>. Data de acesso: agosto de 2013.

TOLEDO, Caio Navarro. Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo. In: MORAES, João Quartim (Org). *História do Marxismo no Brasil: Teorias e interpretações*. Campinas: Editora Unicamp. 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro Borges. *A questão da Universidade*. Editora Universitária, 1962.

_____. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Volume 1).

_____. *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Volume 2).

_____. _____. *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul. 1963.

_____. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.